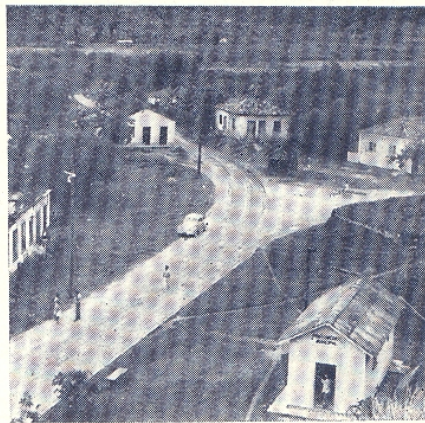


A tal da Reforma Urbana

Arq. Jorge Wilhelm



14

Quando a imprensa batiza um conceito (reforma urbana) com uma sigla (RU) é porque o negócio está ficando sério. E está mesmo. Mal sabem os leitores quão sério, pois para o povo em geral, a sigla RU ainda não se relaciona com as filas de ônibus, as 4 horas de transporte diário, os atravessadores do abastecimento, as inundações, a

ausência de serviços públicos, a precariedade de preços das habitações; não se traduz enfim, pelo mal-viver de nossas cidades e suas possibilidades de modificação. Mas, para nós, profissionais do planejamento, estas mazelas tôda são precisamente os itens que englobadamente se traduzem pela expressão "reforma urbana".

A REFORMA URBANA DOS OUTROS

A expressão presta-se, porém, a conceituações diversas. Assim, a "urban renewal" americana significa a substituição de partes decadentes de cidades por novos conjuntos residenciais ou novas em regiões industriais, objetivando acolher nova e crescente população. Já a reforma urbana na cidade de Praga expressou o difícil e comum problema europeu de dar novo uso aos centros medievais onde hoje tão mal se vive sem alterar o aspecto externo que caracteriza as ruas e praças de importância histórica. A reforma urbana de Cuba, por outro lado, — promulgada em lei do mesmo nome, — objetivou fundamentalmente criar um fundo para construções e transformar inquilinos em proprietários, pondo um fim à rede de poderosos proprietários que viviam de renda.

A NOSSA REFORMA

Cada RU das acima citadas, correspondeu (com diferenças óbvias de profundidade e extensão) às necessidades apresentadas pela vida urbana daqueles países. Assim deverá ser conosco. A RU no Brasil temará os aspectos mais diversos, tendo, contudo, alguns objetivos comuns; entre estes devemos salientar: o planejamento das cidades, a longo prazo, substituindo a improvisação e imprevidência, por planos e prioridades; utilização dos numerosos terrenos urbanos abandonados e que aguardam especulativamente sua valorização; encaminhamento da solução para a má e escassa habitação; reunião, planejamento e distribuição dos recursos disponíveis e obtíveis e

novos centros urbanos e o planejamento e execução final da retificação do Tietê e aproveitamento das largas faixas marginais.

O essencial é que reforma urbana signifique **planejamento das cidades para melhoria das condições de vida de seus habitantes.**

QUE FIZERAM OS ARQUITETOS

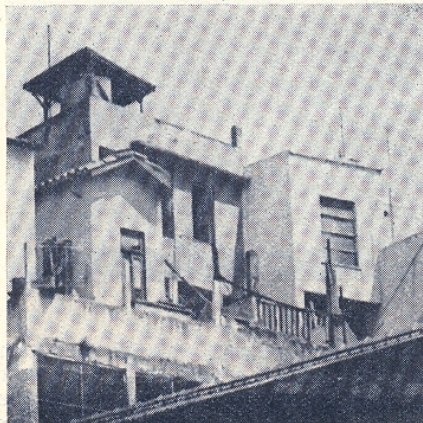
Esta definição é, há muito tempo, uma bandeira de luta dos arquitetos e do Instituto de Arquitetos do Brasil. Isto não é de se estranhar, pois o arquiteto é o profissional que, por sua formação humanista, é obrigado a ter **uma visão global**, de conjunto, dos problemas em que se insere sua vida profissional. É por isso que perceberam os arquitetos ser impossível continuar a improvisar soluções parciais e desperdiçar recursos financeiros e humanos já escassos na tentativa de resolver o problema do desenvolvimento de nossas cidades, e dentro dele, o problema da habitação.

Para dar um cunho prático aos seus anseios e ter uma base de conhecimento objetivo de nossa realidade, — o IAB, após as tentativas frustradas do Conselho Federal de Habitação, — organizou e promoveu com o IPASE, em julho de 1963, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Durante 4 meses estudou-se o que deveria ser o Seminário, quais os objetivos e possibilidades de uma reforma urbana, quem deveria ser chamado a participar do conclave, qual a melhor forma de contar com a participação popular.

O documento final, discutido e debatido democraticamente em São Paulo com todos os interessados que se inscreveram no Seminário — foi publicado na época e não teríamos aqui espaço para repetir suas considerações, afirmações e propostas.

O importante é fixar o mecanismo pelo qual a reforma urbana se transformou em ação (possível) do governo: a partir de uma interpretação científica de nossa realidade, feita por profissionais estudiosos do assunto. Diferenciando-se, portanto, das demais "reformas de base" idealizadas pelo governo, — a urbana é uma reforma proposta por profissionais, depois de um estudo genérico da situação e das possibilidades.

As conclusões do Seminário foram transformadas com algumas modificações, pelo deputado Arthur Lima Cavalcanti (que é, aliás, um arquiteto pernambucano) em um projeto de lei criando um órgão executor da política urbana; a seguir, a assessoria técnica da presidência transformou esse anteprojeto em outro que cria o COPURB (Conselho de Política Urbana). Em linhas gerais este conselho seria regido por uma diretoria executiva e orientado por um conselho consultivo composto pelas entidades financeiras e profissionais mais envolvidas no assunto. Em lugar de criar mais uma autarquia dentro dos quadros do funcionalismo preve-se o contrato de seus quadros pela Consolidação das Leis do Trabalho, dando maior flexibilidade e eficiência, permitindo contratar e despedir segundo as conveniências do serviço. A nova entidade respeitará,



atualmente dispersos e atomizados. Mas, a execução prática da RU se diferenciará de região em região, dependendo da gravidade dos problemas locais e, conseqüentemente, da prioridade nas soluções. Assim, por exemplo, os alagados e mocambos de Recife terão talvez primazia ao saneamento e à construção maciça de habitação com seus serviços sanitários e comunitários; e isto poderá acarretar a conveniência de lá instalar-se uma fábrica de elementos pré-fabricados. Já em São Paulo a primazia da RU poderá vir a ser a solução imediata dos problemas de transporte rápido, a criação dos

O SEMINÁRIO

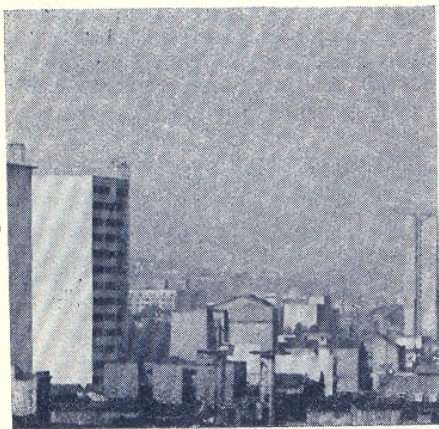
E os resultados foram satisfatórios. Pois a reunião revelou coisas surpreendentes, tais como: arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, sociólogos, economistas, advogados, legisladores, dos mais diversos lugares e de filiações partidárias e ideológicas distintas — trabalhando "no duro" horas a fio, em perfeita harmonia, fechados durante dias no Hotel Quitandinha com um único e patriótico objetivo: dar ao governo uma plataforma, uma base científica, para a elaboração de uma política de **reforma urbana.**

naturalmente, os planejamentos regionais existentes mas jogará com maior liberdade os recursos reunidos (e eventualmente dispersos) das carteiras imobiliárias dos IAPs, das Caixas Econômicas e de autarquias especializadas e ineficientes. Sua futura regulamentação poderá, de acordo com sugestão do Seminário, utilizar as agências da COPURB, dispensando novas estruturas administrativas. A entidade terá força para fundir ou acabar com autarquias dedicadas a problemas da habitação e que até hoje, por vícios de organizações e objetivos, não puderam atender às suas finalidades. A

fusão de recursos possibilitará concentrar esforços onde houver prioridades e canalizar eventuais capitais privados ou estrangeiros para a execução de planos. Destarte, o COPURB poderá estabelecer listas de prioridades e fornecer meios para a elaboração de planos diretores e possibilitará tal benefício a municípios e regiões sem recursos. Sua regulamentação abordará o problema das taxas imobiliárias e poderá com o tempo interferir nos níveis de locação e venda de imóveis. A fusão de recursos e o planejamento de sua distribuição possibilitará a criação da indústria de pré-fabricados nas regiões em que fôr mais conveniente à execução de planos habitacionais de grande envergadura.

QUE RESTA FAZER

As vezes é mais fácil ter uma boa idéia, do que pô-la em execução. É o caso. Não foi fácil chegar às conclusões do Seminário e ao anteprojeto do COPURB. Mas, bem mais difícil será a tarefa de encaminhar agora realmente a **reforma urbana**. Os arquitetos e demais profissionais, preocupamo-nos em não deixar resvalar a **RU** para o terreno demagógico, esvaziando-a de conteúdo. Para tal promovemos o Seminário. Mas ainda existe o perigo da **reforma** permanecer na mera fase de **reformismo** verbal. Disse-nos certa vez



16

um ministro que o governo (êste ou qualquer outro) nada faria a não ser que se estabelecesse em tórno dêle um sistema de pressão”.

Acreditamos, pois as soluções de plano político sempre põem em jôgo interesses diversos. As necessidades sociais, as reivindicações populares, são fortes molas propulsoras das ações governamentais. Especialmente dêste. Para que a **RU** deixe de ser sigla jornalística e se transforme em melhorias da vida urbana, — deve ser organizado e pôsto em funcionamento o tal sistema de pressão. E como?

Em primeiro lugar, esclarecendo, traduzindo os conceitos técnicos que

definem a política urbana em palavras simples, possibilitando ao povo e às suas organizações associarem a **RU** aos problemas urbanos parciais de suas vidas cotidianas. Para isto, grande responsabilidade cabe à TV, rádios, imprensa e escolas.

Em segundo lugar, debatendo o esclarecendo no seio das organizações profissionais, nas Associações de Amigos da Cidade e dos Bairros, e nos sindicatos o anteprojeto da COPURB e suas possibilidades de futura regulamentação. (Nêste sentido, aliás, as Comissões de Habitação e Planejamento do IAB-SP, promoverão reunião com o deputado Arthur Lima e com outras autoridades no assunto).

Em terceiro lugar, fazer com que estas entidades se dirijam imediatamente à Câmara, ao Senado e à Presidência, — no sentido de obter rápido encaminhamento do problema.

Vencer agora as batalhas da aprovação da COPURB, de uma eficiente regulamentação e do seu real funcionamento, significará um passo importante no sentido de planejarmos o desenvolvimento de nossas cidades. (Significará aliás, também, abrir um caminho extremamente rico para a gráfica profissional dos arquitetos e



demais profissionais relacionados com o urbanismo — e não podemos deixar de comparar estas possibilidades que se abrem ao desenvolvimento da tecnologia nacional, com o vergonhoso e incrível contrato “Guanabara-Dcxia-dis”...).

Mas, o que importa mais, é que vencer a batalha da reforma urbana significa um avanço para todo o povo que sofre as penúrias do caos urbano. Não esperemos ilusórias soluções de “salvação”, mas é no próprio processo de elaboração e instituição de um nova política que encontraremos o caminho de suas soluções definitivas. A cada lento avanço a roda range. Mas a cada avanço o horizonte muda.